

A utopia descendo a Rua do Almada: a multidão do 31 de Janeiro de 1891

Eduardo Cintra Torres¹

A revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 no Porto trouxe a multidão para a rua e, por arrasto, para a sua consideração como força política a tomar em conta para a implantação da república. Neste texto analisamos as cenas de multidão do 31 de Janeiro, em especial quando desceu a Rua do Almada, em relatos histórico-políticos republicanos de João Chagas e Basílio Teles e em dois romances bastante diferentes entre si, um hoje ignorado, do republicano Fortunato Correia Pinto e, o outro considerado a obra-prima do romancista monárquico Carlos Malheiro Dias. Ambos os romances cumprem o preceito de “transparência” do naturalismo-realismo no que se refere à fidelidade do relato de acontecimentos vividos. Todos os textos analisados publicaram-se antes da implantação da República, entre 1900 e 1906. Procuraremos verificar a importância política que assumiu a adesão da multidão à revolta militar; e verificar como a multidão da Rua do Almada, festiva, despreocupada, cantando *A Portuguesa* sob os aplausos dos burgueses à janela, pôde transformar-se num símbolo do fim do constitucionalismo monárquico. Dado que os textos situam o 31 de Janeiro no termo de um período longo iniciado em 1820 e de um período curto iniciado no dia do ultimato, faremos um contexto mais amplo à análise com o objectivo de evidenciar as propriedades sociológicas da multidão e as formas como é considerada política e/ou literariamente.

1. O contexto

Na penúltima década do século XIX, quando as potências coloniais europeias se apressavam a tomar posse e ocupar de territórios ultramarinos, o governo português acalentou a ideia de reivindicar parte da África meridional entre o Atlântico e o Índico, juntando Angola e Moçambique. O governo britânico impôs um ultimato a Lisboa em 11 de Janeiro de 1890 e o governo português cedeu. No dia seguinte, “as reacções foram invulgarmente violentas. Na noite do dia 12, 50000 pessoas manifestaram-se em Lisboa contra os ‘cobardes’ que tinham ‘tragado a afronta’; nos dias seguintes, a excitação propagou-se à província” (Valente, 1976: 39). O governo caiu, mas o

¹ Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, Lisboa.

sucessor manteve a aceitação do ultimato. “Uma segunda onda de fúria e frustração varreu o país. Em Lisboa, 40000 pessoas depuseram solenemente uma coroa funerária na estátua de Camões” (*Ibidem*). Esta utilização do poeta épico retomava a ascendência dos republicanos na homenagem no tricentenário de Camões, em 1880, quando, pela primeira vez, promoveram com êxito uma manifestação de massas (Santos, 1930: 285-303). Durante cerca de um mês, entre Janeiro e Fevereiro de 1890, a efervescência colectiva marcou a vida das três maiores cidades, em especial Lisboa. “Há vinte dias que o país não faz senão gritar viva a república!”, escreveu Fialho nos *Gatos*, acrescentando: o povo “desinteressou-se” da monarquia (Almeida, 1986: 91). Dez anos

depois do tricentenário de Camões, o ultimato permitia ao Partido Republicano Português começar a “tornar-se o Partido de Portugal”, convencendo a opinião pública de que a monarquia e a família real não eram patrióticas (Valente, 1976: 38-41). Era como se Portugal pudesse renascer com a substituição da monarquia pela república. Escrevia Guerra Junqueiro: “republicano e Patriota tornaram-se sinónimos (...) Nesta agudíssima crise nacional, a República é mais do que uma simples forma de governo. É o último esforço, a última energia que uma Nação moribunda opõe à Morte” (*apud*, Cabral, s.d.).

Como chegar à república? O período seguinte ao ultimato revelou duas tendências: ou a oposição legal, pela via da vitória eleitoral e conquista da opinião pública (defendida pelo presidente dos republicanos, Elias Garcia, e muitos outros), ou a via revolucionária, através de um golpe militar com o apoio popular (defendida por Homem Cristo, João Chagas, Basílio Teles, etc.). O Partido Republicano dividiu-se nas suas reuniões após o ultimato, quando a efervescência colectiva poderia ter sido aproveitada para tentar um golpe de Estado vitorioso. Como veremos, esta divisão atravessa os textos de João Chagas, de Basílio Teles e d’*O Agitador*, romance de Fortunato Correia Pinto em que também se defende a via revolucionária. As primeiras palavras do romance – “Era ao anoitecer do dia 12 de Janeiro de 1890” (p.8) – imergindo de imediato na multidão lisboeta indignada contra a Inglaterra e a submissão do governo ao seu ditame.

As divisões dos republicanos motivaram a anulação de uma revolta armada em Lisboa, mas ela viria a ocorrer no Porto quase à margem da direcção do partido, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891. Mal organizada, dividida entre os egos de alguns dirigentes e entre grupos políticos e militares, a revolta fálhou (Ramos, 1994: 187-201). Jorge d’Abreu começa o seu volume sobre o 31 de Janeiro dizendo que a revolta “caracterizou-se pela precipitação com que foi decidida e a pouca ou nenhuma reserva com que foi organizada”, mas que foi apesar de tudo uma “explosão patriótica” (1912: 7). Apesar de muito criticada pelos próprios envolvidos, a revolta deixou a indicação do caminho que seria levado a cabo em 5 de Outubro de 1910: não a lenta caminhada legal, eleitoral, com um “povo” ignorante e infantil que os dirigentes desprezavam, mas a revolução armada, militar e com mobilização popular da multidão.

O ultimato e o 31 de Janeiro tiveram consequências de peso na vida política até 1910: ganhando adesão popular, os republicanos subtraíram aos socialistas e anarquistas uma parte do operariado urbano, afastando-o da luta contra o regime económico capitalista e encaminhando-o para a luta contra o regime político monárquico. Logo

em 1890, os republicanos viam em seu redor um novo apoio popular e alguns dos dirigentes do Partido, como o recém-chegado João Chagas, defenderam uma acção muito interveniente, no sentido de transformar um partido de dirigentes num partido de massas:

“O contraste entre a tendência moderada dos velhos dirigentes desse partido e o ímpeto revolucionário dos novos, que a vaga de indignação patriótica arregimentara nas suas fileiras, evidenciou-se logo e assinalou essa fase da vida nacional. Os novos recrutavam-se nos mais diversos meios e eram oriundos das mais diversas procedências, burgueses e operários, gente com nome feito e intelectuais que associaram a sua fé democrática à aspiração que se consubstanciava no desejo de remover a monarquia” (s.a., 1960: 50).

Apesar de altos e baixos na popularidade dos republicanos e nas suas reais capacidades de derrubar a monarquia, até 1910 estava traçada a principal linha divisória política no país, a do tipo de regime político. A monarquia deixava de ser um dado adquirido para a população.

Esta breve contextualização permite-nos passar à análise dos textos, de um ponto de vista da sociologia da literatura, no que à multidão se referem, nomeadamente a sua passagem na Rua do Almada, no centro do Porto.

2. As propriedades de uma multidão em festa breve

A Rua do Almada é uma rua comprida e estreita que corre paralela a ocidente da Avenida dos Aliados. Fisicamente, com os seus prédios de cêrcea superior à largura da rua, o local proporciona o aperto da multidão, uma amplificação em altura do som ao nível da rua e, ainda, o que poderemos chamar “efeito de coliseu” e a que Canetti se referiu como a multidão “como anel” (1995: 27) quando as janelas e varandas se enchem de gente que não só observa, vê e ouve intensamente a acção na rua, como se vê a si mesma e se pode ver até como parte do acontecimento. Na escrita, a multidão torna-se visual e auditiva, ou *audiovisual por escrito* (a avidez descritiva do naturalismo leva os autores a acentuar em detalhe os diversos tipos de sensações).

Nas descrições que visitaremos a seguir encontramos várias das propriedades que Canetti atribui à multidão: ela “*quer crescer sempre*”, no seu interior “*reina a igualdade*”, “ela ‘*ama a densidade*’”, “*necessita de uma direcção*”, e é marcada pelo ritmo (*Idem*: 28-30). Pela leitura dos relatos políticos e ficcionais, julgamos que a descida da Rua do Almada corresponde no 31 de Janeiro ao momento em que, segundo Canetti, a multidão vive a sua “descarga”, isto é em “*todos os que a compõem se desvencilham das suas diferenças e passam a sentir-se iguais*”: “*enorme é o alívio que isso provoca. É em razão desse momento feliz, no qual ninguém é mais ou melhor que os outros*”, que os indivíduos se transformam em multidão (*Idem*: 16-7). O “momento da multidão”, escreve David Roberts sobre Canetti, “*tem de ser compreendido no sentido mais completo como a experiência do sublime*” (1996: 52). Ora, a felicidade é acrescida no nosso caso específico não só pela já referida estrutura urbana como pelo alívio adicional de iniciar-se a marcha após horas de negociações que a multidão julgou favoráveis à revolta, com veremos. Esta multidão que desce a rua é uma “*multidão festiva*” para quem “*é como se a coisa jamais tivesse um fim*”, há homens e mulheres, “*nada nem ninguém os ameaça; nada os compele à fuga; a vida e o prazer*

estão assegurados” (Canetti, 1995: 61) durante um momento de suspensão. Os vários autores analisados deixam bem patente este ambiente de utopia vivida, – falando-se mesmo em “festa” sobre aquele instante. Ao chegar ao fim da Rua do Almada, quando pára, quando a banda se cala, a multidão, podemos dizê-lo, “sente que irá desfazer-se” (*Ibidem*). Em termos de estilo, as multidões dos textos analisados usam como metáforas algumas propriedades a que Canetti chama “símbolos de multidão”: o fogo, o mar e o rio (*Idem*: 74-83).

Como se enquadra o episódio da Rua do Almada na revolta? Resumamos. Os revoltosos tinham-se reunido de madrugada no Campo de Santo Ovídio, hoje Praça da República (um erro militar, segundo o então tenente Manuel Maria Coelho, um dos três oficiais que participaram directamente na revolta). Uma multidão de civis juntou-se no local dando vivas à República e vitoriando os revoltados. “Os sinos da igreja próxima tocavam furiosamente a rebate, agitados por mãos febris”, segundo Basílio Teles (1968: 286) Ao nascer do dia, havendo ainda nevoeiro, saíram do local de reunião e desceram a rua para a Praça de D. Pedro IV (hoje Praça da Liberdade, antes também conhecida por Praça Nova), a tomar conta dos Paços do Concelho. O instante preciso da passagem na Rua do Almada teve algo de mágico mesmo para os poucos militares que pressentiam a derrota próxima: a multidão em festa transmitia a o sentimento contrário, como escreveu Coelho quase 40 anos depois:

“Quando os revolucionários desciam a Rua do Almada ao som de *A Portuguesa* tocada pela banda de infantaria 10, quase todos, e com eles os civis, que em grande multidão os acompanhavam, aclamando-os, iam convencidos da vitória certa, segura, auxiliados por infantaria 18.

A notícia da sublevação correu rápida e os habitantes da cidade apressaram-se a assistir quer nas ruas, quer nas casas ao triunfo da República. As janelas da rua do Almada e as da Praça de D. Pedro IV, mais conhecida por Praça Nova, estavam apinhadas, na grande maioria de senhoras, que acenavam com os lenços, ouvindo-se de todos os lados estrepitosos vivas aos regimentos revoltados e à República. Espectáculo magnífico que, confesso, não consegui fazer-me desaparecer a impressão do desastre final, que se aproximava a cada momento” (Coelho, 1930: 359).

Declarada a República e anunciado um governo provisório do edifício de então da câmara municipal, a multidão começou a subir a rua de S. António (hoje 31 de Janeiro), levando ainda à frente a banda de infantaria 10:

“Uma multidão imensa acompanhava as forças da revolta (...) e essa artéria do Porto tinha um aspecto quase de festa. Do povo saíam brados entusiásticos (...). As senhoras que estavam às janelas agitavam freneticamente os lenços, soltavam vivas calorosos, batiam as palmas num contentamento indescritível. A marcha das forças tinha o aspecto inofensivo dum passeio triunfal” (Abreu, 1912: 114).

Representava a utopia no mundo, mas por breves instantes: nessa rua – “um desfiladeiro, todo contra a nossa situação” (Coelho, 1930: 360) – a tropa e a multidão foram alvo do ataque a tiro das forças militares fiéis ao regime, assim terminando a primeira e mal organizada revolta político-militar republicana.

Passemos aos textos. Não seguimos a ordem cronológica das edições, preferindo começar por *O Agitador* (1906), de Fortunato Correia Pinto. A cremos na explicação

que incluiu no prefácio, esta “insignificante obra foi principiada e em grande parte feita no Outono de 1900” (1906: 5), isto é, a mesma data de publicação do primeiro dos textos de João Chagas adiante referidos e a mesma data que Malheiro Dias indicou para a escrita do seu romance *Os Teles de Albergaria*: segundo o colofon da segunda edição, “o texto da 1ª edição desta obra foi escrito de Setembro de 1900 a Fevereiro de 1901” (*apud*, Marinho, intr. a Dias, 1999: 9). Passamos em seguida aos textos de Chagas e de Basílio Teles, voltando no final à ficção com Malheiro Dias.²

3. O Agitador: o militante republicano no meio das massas como peixe na água

De Fortunato Correia Pinto (18??-19??), professor primário, republicano, conhece-se apenas uma obra de ficção, hoje ignorada quer enquanto texto literário quer enquanto documento: *O Agitador*. A Porbase apenas inclui dele, além deste romance, um jornal beirão em 1897 (*O Taboense*) e manuais escolares para a instrução primária com co-autoria de José Nunes da Graça. O título certo coloca *O Agitador* do lado dos republicanos de acção revolucionária surgidos em 1890 e que se opunham ao directório do partido, maioritariamente legalista. Segundo a apresentação “A Quem Ler”, *O Agitador* foi escrito em 1900 e estava pronto a imprimir-se desde então, mas embaraços vários só permitem editá-lo em 1906. O texto de apresentação visa estabelecer o romance como fiel aos acontecimentos reais vividos pelo autor ou de que teve conhecimento. Correia Pinto quer garantir a verosimilhança do relato: “Algumas das cenas que neste livro pretendi descrever talvez a muitos pareçam inverosímeis, e sejam julgadas apenas um produto da minha pouca fértil imaginação. Mas não é assim. Nada difícil me seria provar que da maioria delas não passo de simples e desataviado cronista.” E garante que da sua lavra “apenas aqui há o estilo chão e insulso e a troca de nomes e lugares. Mais nada.” Não sendo historiador, e não dispondo de documentos no local onde escreve, mesmo assim afirma que apenas em “pormenores sem importância” poderá ter errado. É tal o desejo de colagem ao relato histórico para lhe imprimir transparência que em certo lance se denuncia a fusão de autor e narrador: “às primeiras manifestações populares, que, como já tentei descrever, ...” (121). Desta forma, “ambiguizando o estatuto e a identidade do narrador”, como sucede algures num romance de Abel Botelho, anula-se “a fronteira entre a ficção e o seu referente” em resultado da intenção de relatar eventos verídicos (Reis, 2001: 275) Neste romance, a ausência duma transfiguração do real pelo universo imaginário próprio da literatura faz com que *O Agitador* pareça em boa parte um panfleto político ficcional.

A acção do romance começa no dia em que o país tem conhecimento do ultimato e da sua aceitação pelo governo, 12 de Janeiro de 1890: “Começavam a acender-se os candeeiros, e sob aquela luz amarelenta e mediocremente difusa, a multidão, sombria e revolta, formigava pelas ruas e pejava as praças. Falava-se alto, gesticulava-se colericamente, dizia-se sem reboço o que se sentia, sem medo da polícia, sem receio de compromettimentos” (8). A junção de todos os protestos motivava o desejo de agir: “a agitação descambou em alteroso tumulto, o temporal desencadeou em medonha procéla que ameaçava tudo submergir.” O ultimato fazia de todos os homens um só:

² Indicaremos como de Chagas o texto que assinou com Manuel Maria Coelho, não só por facilidade, mas por ser-lhe atribuível toda a argumentação política de Chagas e Coelho, 1901.

“Parecia que a mesma dor apoleava todos os corações, que a mesma vergonha vexava todos os rostos, que o mesmo patriotismo inflamava todas as almas, porque todos saltaram para a rua, prontos a oferecer o seu sangue para que a nação não ficasse emporcalhada com a arrogante e infamante nódoa” (12-13).

O autor tem o cuidado de descrever esta multidão na rua como uma promiscuidade positiva (todos iguais), representando a nação: “ali fazem reboar na praça pública os seus gritos e clamores, associando-se, numa notável promiscuidade, homens de todas as classes pensantes e trabalhadoras; escritores, operários, comerciantes, jornalistas, industriais, caixeiros, artistas, empregados públicos, advogados, militares, estudantes e até deputados!”. Trata-se da nova nação, renascida com o ultimato – e renascida republicana – nos gritos de “guerra com a nossa insultante aliada”. Desta forma, a multidão é um instrumento de todo o “povo”: “à excepção dos palacianos e do clero (...), toda a população activa e laboriosa da capital andava na rua em altíssimas manifestações” (13, 18). Este povo inclui o proletariado em suas “desgraçadíssimas condições”. O autor reconhece que os proletários, “sempre desprezados, em toda a parte repulsos, muitas vezes escorraçados” e corridos “brutalmente das igrejas, se acaso lá aparecem”, podem originar uma multidão perigosa: “Aquele misto de desesperos recalçados, de misérias padecidas, de ignomínias suportadas, torna-se explosivo, que reventará com tanto maior violência quanto maior for a força com que a sociedade o comprimir”. Sem direitos, os proletários procuravam noutras ocasiões mostrar-se pela violência “justificada”: “isso, a que chamam gentalha, também precisa desabafar.” Daí que “era justo deixar-lhes algum desafogo e tratar de minorar-lhes as agruras, como também era indispensável não os deixar cometer actos de cruel selvajaria, que a sua vingança poderia justificar, mas que tornaria horrorosa a revolução salvadora” (124, 126). Caberia aos republicanos deixar o proletariado respirar para evitar a sua revolução sangrenta.

A frequência no romance dos vocábulos relativos ao colectivo exprime a concepção inclusiva de povo republicano: *multidão* aparece oito vezes e *massa* outras tantas, *nação* dez mas o vocábulo *povo* decuplica essa presença, em 82 vezes. O conceito de povo revolucionário fora consagrado pelo historiador francês Jules Michelet (1798-1874): nos sete volumes da sua *Histoire de la Révolution Française* (1847-53), glorificou a multidão revolucionária transformando-a em “povo”. Foi o “povo” que tomou a Bastilha, ele operou história universal; o “povo” é uma criação da multidão. Mais ainda, Michelet desenvolve a ideia da partilha emocional da multidão e, através dela, de todo o povo. É essa unanimidade emocional, aliás, que faz da multidão povo: “é a Jerusalém dos corações, a unidade sagrada da fraternidade, a grande cidade viva, feita de homens. Foi criada em menos de um ano e desde então tem sido chamada *Pátria*” (*apud*, McClelland, 1989: 124). Como refere Catroga, “não se apresentando como um movimento classista”, o republicanismo português “ressuscitou a ideia revolucionária de ‘povo’, em que cabiam as classes médias, os artesãos, os proletários”, pelo que a resistência das ideologias anarquistas e socialista “não impediu a sua infiltração na classe operária, nem obstou a que muitas das lutas sociais da época acabassem por ser objectivamente integradas no combate em prol da instauração da República” (2000: 87). Não foi totalmente o caso, como veremos, do 31 de Janeiro.

As semanas efervescentes de protesto e acção contra o regime ocupam grande parte do romance e permitem interessantes descrições das manifestações, e do movimento nas ruas e nos cafés. Surgem metáforas habituais na época para descrever os colectivos que se exprimem nas ruas: “Os largos e praças eram alterosos e encapelados mares, onde as ruas, quais caudalosos rios, vinham despejar a ondeante e amotinada multidão”. Ou ainda: “Da compacta massa viva que atulhava a praça e se ramificava pelas ruas que ali vão dar, o que lhe dava o aspecto dum polvo enorme, reboaram ensurdecidamente os gritos”. Os episódios descritos correspondem aos registos histórico e jornalístico, como a da manifestação em frente à casa do ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, que “o povo furibundo” acabou por “apedrejar raivosamente, deixando em estilhaços todas as vidraças da extensa fachada”. O “próprio excesso de violência acalmou um pouco mais a fúria dos manifestantes”, que desceram ao consulado inglês e aí repetiram a violência: gritos, insultos e vitupérios, “impregnados do ódio e da raiva da população da capital que, para melhor manifestar o seu desprezo pela arrogante aliada, até arrancou o seu escudo e o arrastou violentamente pelas ruas”. O autor descreve a multidão violenta como outros seus contemporâneos descrevem as multidões criminosas, mas para ele a violência é justificada: “A cidade assim revolta parecia um vulcão temível, que, agitando o solo em temíveis convulsões, vai em breve arrastar tudo num mar de lava incandescente: mas era ao mesmo tempo bela, soberba, grandiosa! Mostrava vida, energia, patriotismo” (14-17).

Tal como Chagas e Basílio Teles, este autor considera a multidão urbana pronta para a revolução, mas não os dirigentes republicanos: se ela “não fez mais foi porque não a dirigiram; e se não fez baquear o trono e afundar a realeza foi porque não souberam ou não quiseram aproveitar-lhe os primeiros ímpetos, que seriam irresistíveis” (17). Os “nossos honrados chefes” republicanos tinham “demasiados escrúpulos”, pelo que “nós podíamos fazer a revolução sem a direcção dos chefes; e pode ser até que em eles vendo a revolução nas ruas se ponham à frente” (27, 59).

Apesar de traçar uma contínua repressão fortíssima sobre os revoltosos, num exagero assinalado por Rui Ramos (1994), o romance afirma que a monarquia nos primeiros dias se salvou por deixar a multidão à solta: “se pretende pôr um dique à sua primeira efervescência, uma insurreição geral seria a sua resposta” (18).

Deixemos de lado o enredo amoroso e anticlerical d’*O Agitador*, bem como as personagens secundárias, bem típicas dum romance visceralmente republicano: o padre, a burguesa que se deixa abusar por ele, a rapariga pobre que se salva da perdição, o médico amigo do protagonista (jornalista republicano), a beata alcoviteira, etc.; deixemos de lado Gilberto, o protagonista, jornalista que, “quando é preciso passar das palavras às obras, ei-lo na rua, provando que sabe pôr em prática as suas doutrinas” (350); deixemos de lado as descrições da multidão criminosa, a “gentalha”, as “arruaças”, tal como delas fala o padre e a desavinda namorada do protagonista. Detenhamo-nos apenas um pouco noutra cenas de multidão em Lisboa, como o do “quadro maravilhoso” da colocação dos crepes na estátua de Camões. Desta vez, a polícia organiza uma “emboscada” e a multidão torna-se violenta mas apenas por causa da violência da autoridade: “a polícia, cuja missão é manter a ordem, mais uma vez ia provocar a desordem”. Sem armas, dado que “os cabeças da projectada revolução” queriam apenas manifestações pacíficas, “a população lisbonense”, o “povo”, a “onda

popular”, a “grande massa popular”, “esse gigante apático que parecia querer dar sinal de si” respondeu com murros e bengaladas ao espadeiramento policial (127-138).

O protagonista defende a “revolução imediata”, mas a reunião do partido republicano adia o movimento. A multidão nas ruas, o “povo” está pronto, mas os dirigentes republicanos traem a vontade popular da rua: “Entretanto, pelas ruas principais de todos os bairros reboavam os gritos, os berros, as imprecações de muitos milhares de patriotas, que ansiavam pela chegada dos seus tribunos afeiçoados, porque um rumor vago, confuso, mas formidável, os fazia esperar alguma coisa de positivo para aquela noite” (182-193). O movimento decaiu, apesar de Gilberto continuar a propaganda republicana em todos os locais onde há “povo”:

“Assim passou muitos dias procurando por todos os modos agitar a opinião, acender o fogo revolucionário na alma da população lisbonense, metendo-se pelos quartéis, pelas fábricas, pelas oficinas, pelas lojas, pelas escolas, pelos cafés e até pelas tabernas; mas no fim de quinze dias, podia contar apenas com alguns centos de revolucionários destemidos, que podiam fazer-se matar pelos regimentos da realeza, mas não proclamar a república. Não é que a maioria do povo, especialmente o comércio, a indústria, todas as classes trabalhadoras e pensantes, deixassem de ser republicanas, mas não queriam comprometer-se” (295).

O autor revela a habitual atitude ambivalente da época relativamente ao colectivo, geralmente desconsiderado mas com capacidade para se resgatar ao agir em multidão correctamente dirigida. De novo: serenando os ânimos da capital, “o povo ia caindo na sua habitual inércia, é preciso empregar cáusticos muito violentos para que ele se mexa”. Então Gilberto “lembrou-se que a população do Porto fora sempre considerada mais arrojada e enérgica”, “o Porto seria a fâisca, e a labareda revolucionária alastraria simultaneamente por todo o Portugal, chegando por certo a Lisboa” (328, 330). A sublevação é combinada para 31 de Janeiro. A preparação é descrita sem referências explícitas à irresponsabilidade da organização, antes se desculpando a precipitação. No Campo de Santo Ovídio, Gilberto e outros republicanos aguardam que os militares saiam “para a rua” em revolta nessa noite de “nevoeiro densíssimo”. Chegam caçadores 9, infantaria 10, o destacamento de cavalaria 6, a guarda fiscal a pé e o esquadrão de cavalaria, “reboando já pelo vasto campo os vivas estrondosos à república, à pátria, aos oficiais presentes, às tropas sublevadas, enfim”. Não percebendo por “boa fé” e “benevolência”, a traição de infantaria 18, os revolucionários decidem descer aos Paços do Concelho. O relato prossegue até à proclamação do governo provisório na Câmara e com a inquietação dos militares e de alguns revolucionários, em breve confirmada com a subjugação da revolta na Rua de S. António. Mas Correia Pinto, mesmo neste lance, defende que os revoltosos poderiam ter vencido. “Era já dia claro. O povo marchava misturado com o exército, fraternizando com ele”, “saltava para a rua”, “jubiloso mas desarmado”, “pronto” a ajudar o exército. Mas, quando começa a descarga sobre os revoltosos, “o povo, que não tinha armas para se defender e para defender a república, só pensou em fugir”. Fracassava a república: “nunca no mundo se fez uma revolta por gente mais bem intencionada, mais respeitadora de tudo e de todos, mais honesta” (331-343).

O romance termina numa espécie de interregno político, pois a implantação da república está congelada, ficando por isso a intriga confinada a vitórias morais e sociais

do protagonista, que regressa ao seio da capital (sendo vitoriado por “uma multidão de amigos e admiradores à porta do Café Martinho”), e a derrotas morais e sociais dos monárquicos e traidores (386-392).

Voltemos um pouco atrás, ao momento em que os revolucionários deixam o Campo de Santo Ovídio a caminho da Praça de D. Pedro IV:

“As forças revolucionárias dirigiram-se para ali, tomando pela rua do Almada, ladeadas já por milhares de pessoas que as vitoriavam delirantemente.

A banda de infantaria nº 10 tocava *A Portuguesa*, essa belíssima e patriótica composição de Alfredo Keil, por entre as ovações, os vivas, os gritos de júbilo, de entusiasmo, de ruidosa satisfação do povo. O Porto acordava. Todas as janelas se abriam enchendo-se de gente, que aclamava as tropas revolucionárias. A toda a parte chegava esta nova: – vão proclamar a república!

Não são apenas os homens que se entusiasma com a revolução; as senhoras adejam com seus lenços às tropas, a manifestar-lhes que a república está no espírito de todas e que essas forças merecem as suas mais acrisoladas simpatias” (337).

A passagem pela Rua do Almada chama a atenção do autor, não por ter havido algum acontecimento militar ou de combate, mas pela consagração do desfile da multidão na rua e nos prédios ao som do hino patriótico. A união de todos, incluindo de “todas” as “senhoras” burguesas (que o vocabulário da época distinguia das “mulheres” do “povo”), consagra-se, cristaliza neste momento exacto. Todavia, a descrição é quase apenas um relato jornalístico comentado. Para Correia Pinto, este foi apenas mais um momento de uma jornada e esta é apenas uma jornada de uma luta contínua. Como veremos, João Chagas compreende o papel de representação simbólica da multidão na Rua do Almada e Malheiro Dias como que faz parar o mundo quando a multidão ali passa, transfigurando literariamente o momento e, a partir dos mesmos factos, dá-lhe uma leitura política de tom diferente.

4. João Chagas: do sonho à realidade

João Chagas foi figura central na revolta de 31 de Janeiro de 1891. Monárquico, é o ultimato que faz dele republicano. Como tantos outros, estabelece a relação entre os dois factos: “O conflito anglo-português de 1890 foi a causa única da revolta do Porto” (Chagas e Coelho, 1901: 1) Chagas situou-se de imediato na posição republicana mais “radicalista”, como se dizia (Teles, 1905: 293.); defendia a acção revolucionária, violenta, para o que a imprensa era um instrumento fundamental³. Como sempre sucede perante um evento visto como uma tragédia, também ele reagiu ao ultimato com o impulso de que “era preciso fazer qualquer coisa”. Foi com um amigo para o Algarve, por ter constado que ali poderia estar em preparação uma acção republicana. Verificando ser boato, decidiram fundar um jornal. Numa opção entre o “romântico” e “científico”, escolheram como local para o lançar o Porto, por ser mais propício à propaganda que queriam fazer e estar mais dentro das suas “superstições” (devido a 1820) de ser “o único centro de população portuguesa susceptível de soltar o primeiro

³ Chagas considerava que devia advogar como jornalista “todas as causas da multidão”, mesmo as que resultassem de *fait-divers*, pois deles poderia resultar acção ou pelo menos comoção política (Chagas, 1900: 199).

grito de liberdade de que nos propúnhamos ser os intérpretes” (Chagas e Coelho, 1901: 37).

O próprio Chagas releva a importância do jornal que fundou em 1 de Setembro de 1890: “a revolta do 31 de janeiro pode atribuir-se em grande parte às instigações directas desse jornal, o qual, por seu turno, se veio a público não foi senão em virtude de circunstâncias que não se produziram sem o conflito diplomático anglo-português”. No primeiro número da *República Portuguesa* defendia a acção revolucionária: “a obra deste jornal será inteiramente e desassombradamente revolucionária (...) será um jornal de combate” (*Idem*: 42-43). Guerra Junqueiro comentaria: “este jornal dá a impressão física da arremetida” (Coelho, 1930: 352).

Dias antes da revolta, Chagas foi preso por crime de imprensa. Estava na Cadeia da Relação na madrugada de 31 de Janeiro. A sua vivência pessoal da revolta é apresentada de forma muito interessante no seu livro *Trabalhos Forçados*, de 1900. Antes de descrever o que efectivamente viveu nesse dia como prisioneiro, Chagas utiliza um recurso que no ano seguinte o romancista Malheiro Dias também usará para escrever sobre o mesmo evento: o sonho. Apesar de escrever no registo do relato verídico, Chagas começa por descrever em sonho a descida dos revoltosos da Praça de Santo Ovídio para a Rua do Almada:

“Eis formada a coluna
Ei-la que se move.
Allons enfants de la patrie!
Os metais da banda do 18 encetam os primeiros compassos da *Marselhesa*.
Já a cidade tem despertado, no alvoroço do inesperado acontecimento.
As janelas das casas do Campo estão cheias de gente.
O dia permitiu ver os rostos pálidos da comoção.
A coluna penetra na longa Rua do Almada, que tem acordado para saudar os soldados da liberdade
que passam.
Das janelas aplaude-se com frenesi.
Abrem-se as portas e gente a correr vem juntar-se à insurreição, que caminha galhardamente
para a
frente, para o futuro, sob um estrugir de palmas frenéticas e num clamor de libertação.
.....
Quando despertei era manhã.” (Chagas, 1900: 63-4)

Embora sonhado, o relato corresponde aos factos vividos na madrugada de 31 de Janeiro excepto no hino: Chagas substitui *A Portuguesa* pela *Marselhesa*, no que pretende ser, afinal, a indicação da sua similitude – dois hinos revolucionários, ambos escritos em momento de comoção, um já então hino da República Francesa, outro destinado a sê-lo em Portugal. Recorrendo ao sonho como processo literário de resgatar o real para um relato que não poderia fazer por estar preso, Chagas ao mesmo tempo coloca-se dentro dessa mesma realidade, desejando-a, vivendo-a mesmo que dormindo na prisão. No capítulo seguinte, Chagas explica que esperava que “os acontecimentos viessem até mim, visto eu encontrar-me na impossibilidade de ir até eles” (1900: 65). Relata então com grande pormenor como viveu o 31 de Janeiro. Por não poder ver os acontecimentos, Chagas recorre à audição para tentar saber o que

acontece a pouca distância da Relação, como quando “um golpe da aragem me trouxe de longe uma vaga música”.

“Prestei o ouvido duvidando ainda, mas os sons cada vez chegavam até mim mais perceptíveis. A música vinha de longe e aproximava-se, parecendo crescer, tornar-se a cada minuto mais vibrante. Era uma charanga, uma fanfarra, uma banda marcial que por certo caminhava, descia na direcção do centro da cidade. Por um momento pude mesmo quase fixar o ponto em que se encontrava. Ao mesmo tempo, com os ruídos metálicos da fanfarra, afigurou-se-me ouvir a princípio um vago burburinho de vozes, depois um clamor que ora aumentava, ora diminuía de intensidade. Por fim, não pude duvidar. Era seguramente a insurreição, o Porto revolucionado, a guarnição nas ruas, o triunfo – quem sabe?” (*Idem*: 66)

No ano seguinte, Malheiro Dias usaria o mesmo efeito: o seu protagonista também acorda, na noite enevoada, põe-se à escuta, começa a ouvir a coluna popular e militar, vai à varanda. Esta personagem literária está presa no passado do constitucionalismo monárquico, enquanto Chagas libertara-se dele e por ele estava efectivamente preso na Cadeia da Relação. Em 1901, quer Chagas quer Malheiro Dias confirmariam essa visão histórica de fim de ciclo, um na análise política, outro na ficção. Escreveu Chagas: “A Revolta do Porto marca efectivamente, o fim do sistema liberal, em Portugal. Desde essa data, o liberalismo deixou de respeitar e fazer respeitar o seu pacto fundamental e juridicamente caducou. Perante o Direito, é um sistema falido.” A revolta foi assim “o facto que mais eficazmente contribuiu para a queda do sistema liberal, despojando-o do seu único prestígio, que era o da liberdade” (Chagas e Coelho, 1901: 454).

O relato do jornalista prisioneiro prossegue no registo pessoal e anedótico, pois ele sabia apenas que na Praça de D. Pedro estava “uma multidão que eu não via, mas que sabia estar ali” (Chagas, 1900: 68). Com um dos três únicos oficiais revoltosos, Manuel Maria Coelho, Chagas publicou no ano seguinte, décimo aniversário do 31 de Janeiro, uma análise política e militar, bem como um relato detalhadíssimo da revolta (Chagas e Coelho, 1901). Este é mais desapaixonado do que o de Chagas no ano anterior, escrito de um ponto de vista da sua vivência pessoal. Desta nova obra interessa-nos notar três momentos ocorridos na madrugada: a situação militar no Campo de Santo Ovídio, o rebentamento aí do portão de infantaria 18 e a descida da Rua do Almada.

O relato confirma que ocorreu ao Campo “uma grande massa da população da cidade que juntava os seus vivas aos das tropas”, pelo que “a animação era enorme”. Os autores revelam como a situação dos revoltos era perigosa e a derrota previsível: “Todavia as avenidas do Campo estavam tomadas pela Guarda Municipal, e, na embocadura da Rua do Almada, estava o comandante da divisão acompanhado por parte do estado-maior.” Os guardas municipais “em pequeno numero que fossem podiam, com fogos cruzados em todos os sentidos, varrer o campo.” (297-8). Tal não sucedeu porque esses soldados não inspiravam confiança aos próprios oficiais que os comandavam.

O arrombamento do portão interessa-nos porque Basílio Teles lhe dará depois um significado político de realce, o que não fazem Chagas e Coelho em 1901: referem que de um aquartelamento de bombeiros próximo “trouxeram de lá duas machadas, fizeram um rombo na porta, por onde entraram dois populares que tiraram muitas

pedras, com que formaram de dentro uma barricada”. Aberto o portão da Lapa, acrescentam, “a multidão vai vagarosamente penetrando no quartel” (316-7). Numa versão mais detalhada, depois de arrombado o portão com dois machados, “soldados e populares iam, certamente, a entrar de tropel no edifício e travar luta com os elementos hesitantes, quando o actor Miguel Verdial [dirigente civil da revolta], (...) exclamou para os invasores: - Suspendam, que eu vou parlamentar com o coronel” (Abreu, 1912: 105). Terminada a longa negociação em infantaria 18, que erradamente convence os revoltosos de que este regimento se lhes juntaria, é decidido descer-se pela rua do Almada em direcção à Praça de D. Pedro. Os autores, se não desculpam os dirigentes da revolta pelo erro, justificam o comportamento da multidão: depois da “longa e fatigante expectativa”, a marcha fazia “desaparecer a opressão que invadira todos os espíritos nessas longas três horas” (Chagas e Coelho, 1901: 327-8). A multidão prefere o movimento à quietude expectante. Ora, esse alívio da multidão ocorrerá precisamente na descida da Rua do Almada. O capitão Leitão formou as forças e mandou marchar a coluna, com a banda à frente tocando *A Portuguesa* (*Ibidem*). A música ajudava a desoprimir, a fazer da massa

revoltosa uma multidão festiva e a chamar a simpatia dos burgueses nas janelas da rua. A música, acompanhada pela multidão, serve para a unir, criar um corpo só, e mais ainda se a melodia estimula as emoções. “Nada empolga mais” a multidão do que a “música fortemente cadenciada”, escrevia Gabriel Tarde em 1892, citando *A Marselhesa* (*apud*, Delouvée, 2007: 156) Era também o caso d’*A Portuguesa* que, de um dia para o outro, se transformara em Lisboa e depois em todo o país num canto político contra o ultimato, isto é, um “canto nacional”. Coelho e Chagas referem sobre o seu aparecimento em Lisboa:

“Imediatamente, este hino foi adoptado como o canto nacional e, em toda a parte, executado e ouvido de pé. Na rua, as crianças cantavam-no; os gaiatos assobiavam-no. Esta peça musical teve uma tal significação, que acabou por ser expressamente banida do repertório das bandas militares e, hoje, é proibido executá-la em público” (*Idem*: 13-4).

Desta forma, sem preocupações e ao som da banda na rua estreita, a multidão vive um momento de suspensão, de festa, de euforia, que poucas vezes é dado a uma multidão revolucionária: “o que se seguiria depois, parecia não preocupar os espíritos” e “animadas dum doce esperança, as tropas revolucionárias, ladeadas por imensa multidão, seguiram” “ao longo da Rua do Almada” “em formação regulamentar e disciplinadamente”.

A singularidade do momento é sublinhada com a verificação de que há uma fusão da tropa e da multidão com os habitantes da rua:

“As janelas estavam todas abertas e os habitantes (...) recebiam a notícia com manifesto aprazimento. E, assim, à medida que as forças da Revolta iam descendo a rua, às saudações que erguia o povo que as acompanhavam, correspondiam das janelas gritando: – Viva a República! – Viva o exército português! – Acenavam com lenços, davam palmas, numa grande expansão de alegria que punha nos corações um suavíssimo calor e nos lábios os sorriso de triunfo.”

Os autores interrompem o relato antes de a multidão chegar ao fim da rua porque ela cristaliza um significado político que voltaremos a encontrar:

“Nunca tão espontânea e tão calorosa manifestação se produziu na bela cidade do Norte. Nunca o Porto, a cidade do trabalho e das virtudes cívicas, fez tão entusiástica aclamação a um exército vitorioso, porque nunca esteve mais identificado com a ideia que esse exército vinha proclamando” (328-329).

Esta suspensão no relato faz da descida da Rua do Almada o único momento da jornada em que a República simbolicamente existiu. É, naquele instante, a utopia na terra da multidão e dos seus dirigentes. A república esteve ali, porque a multidão na rua, que “engrossava a cada momento” e nos prédios em redor, viveu-a em festa e sem preocupações. Só depois desta suspensão no relato – uma suspensão, diríamos assim, ao mesmo tempo literária e política – os autores se permitem chegar à Praça de D. Pedro IV. Todavia, já não os toca o mesmo entusiasmo, nem a mesma esperança. “Era já dia claro e o nevoeiro dissipara-se completamente” (329) – e com ele esfumava-se a utopia.

5. Basílio Teles: a multidão sem um objectivo, um plano e um chefe

Escrevendo quatro anos após a publicação de Chagas e de *Os Teles de Albergaria*, Basílio Teles, um dos mais interessantes pensadores e personalidades republicanas, já parece reflectir a referida interpretação da descida da Rua do Almada. Teles juntou-se aos dirigentes republicanos do Porto em Outubro de 1890 e foi um apoiante da revolta de 31 de Janeiro. Ele defendeu, tal como João Chagas e como defenderá em 1906 o romance *O Agitador*, a via da violência revolucionária, contra os republicanos moderados dirigidos por Elias Garcia. O “propósito firme de “provocar uma revolução” data de Maio de 1890 (Teles, 1968: 184). Depois da revolta, partiu exilado para Espanha e daí para o Brasil. A correspondência do exílio madrileno de Teles com o seu amigo monárquico Luís de Magalhães confirma que o seu projecto político passava por derrubar a monarquia através da revolução, para o que era necessário o exército e a massa popular como suporte da mudança. Isto independentemente do conservadorismo e do cesarismo da sua filosofia política, que só nos interessam aqui de relance (v. Cabral e Martins, 1991). O dirigente republicano espanhol Salmerón discordou do seu desejo para uma “segunda revolução republicana” que surgisse de *baixo para cima*” pois são essas revoluções “sempre maculadas de sangue, de desordem, *de anarquia*” e que caem “nas mãos desvairadas de multidões analfabetas”⁴. Salmerón, escrevia Teles, achava que ele tinha “exagerado a pintura” ao representar uma nova revolução republicana “saída espontaneamente da turba anónima, operários e soldados”, tanto mais que Teles lhe tinha referido a inexistência de um dirigente à altura e que se desse

⁴ Francisco Homem Cristo, o principal dirigente do Partido Republicano nos meses anteriores à revolta do Porto também “não via com bons olhos a eclosão de um movimento iniciado de baixo para cima e que carregava uma potencialidade revolucionária com consequências incontroláveis”. Homem Cristo também temia a incompetência e desorganização dos republicanos do Porto, nomeadamente a imprevidência com que era preparada à vista de todos (Catroga, 2000: 82).

“ao respeito ou à simpatia das massas” (carta de 15.07.1891, in Cabral e Martins, 1991: 71).

Catorze anos depois deste relato epistolar, Basílio Teles escreveu o brilhante ensaio de filosofia política no qual defende o mesmo ponto de vista acerca da revolta falhada no Porto: *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*. Veremos a seu tempo como Teles enquadra o episódio da Rua do Almada. Começemos por sublinhar que Teles foi extremamente crítico da direcção do 31 de Janeiro, nomeadamente os civis, o que também fica claro na correspondência do exílio, mas a sua opinião sobre a revolta é globalmente positiva pela *praxis* política seguida e pelo exemplo que, em consequência, criava. Um mês depois do fracasso no Porto, ele escrevia:

“Fossem os revoltosos de Janeiro, e refiro-me àqueles que mais directamente se ingeriram nos sucessos, mil vezes mais imbecis do que foram realmente, mil vezes mais desonestos (alguns) do que reza a crónica e eu, só porque os vi, num país de baixos fanfarrões de frase, e de imundos parasitas de orçamento, afirmar de armas na mão à luz do dia, um voto de fê, de crença, de ideal, do que na alma humana, enfim, constitui o que há de nobre e imorredouro, viria sem a menor hesitação associar-me à sua obra” (carta de 02.04.1891, *Idem*: 63).

No seu ensaio político, Teles considera o 31 de Janeiro uma aplicação de uma concepção política não de *regime* mas de *tomada do poder*: a multidão, isto é, o povo na rua, é infantil, mas necessário para juntar à tropa armada no derrube da monarquia; para isso é necessário um partido de tipo novo. Essa é uma lição “para futuros chefes de revolta” (Teles, 1968: 290). Sigamos o seu argumento. Teles assume o povo como uma criança, na linha do que defendia Le Bon (1998): “Em Portugal, mais talvez que noutros países, o povo tem os súbitos caprichos, a fácil emotividade, a espontaneidade descuidosa das crianças” (Teles, 1968: 100-1). Quando sai à rua, tanto pode agir bem como exceder-se. Teles exemplifica com o dia seguinte ao ultimato em Lisboa e com a revolta do Porto:

“Desgraçadamente, nesse dia em Lisboa, como cerca de um ano depois no Porto, o povo nada soube mais do que agitar-se, bradar, com entusiasmo e cólera, e, por último, dispersar. Foi dele a culpa? Sem dúvida alguma; mas foi também dos que propuseram conduzi-lo a um fim supremo, que ele *desejava* desde muito, e não o conheceram, todavia, bastante para lhe aproveitar determinadas qualidades, e tornar-lhe inofensivas umas tantas outras” (100).

Portanto, o que decide o comportamento do “povo” quando multidão é a existência e acção de direcção de *meneurs*, como defendia Le Bon. O mesmo se dizia *n’O Agitador*, como vimos. Sem dirigentes, a multidão é “avulsa” e só pode fornecer o que lhe é próprio, “a energia positiva, quer dizer, o instinto e a paixão”. Tem de haver um “estado-maior civil que a dirija”, e esse é um partido com “uma disciplina severa” – estamos próximo do conceito técnico do partido leninista de vanguarda. Vale a pena ler a citação completa desta ideologia aplicada ao 31 de Janeiro:

“A carência duma organização civilista, paralela à dos elementos militares, trai-se nesse interessante minuto, de um modo eminentemente educativo para futuros chefes de revolta. A multidão avulsa, privada duma espécie de estado-maior civil que a dirija, a estimule e lhe cubra, com a sua, a responsabilidade dos actos bons e maus, quais quer que sejam o seu entusiasmo e sinceridade, só em casos muito excepcionais, como em 12 de Janeiro [após o

Ultimato], é capaz de fazer vingar um movimento. A multidão fornece a energia positiva, quer dizer, o instinto e a paixão; a ideia e a vontade, que fazem, frutificar estes móveis poderosos, só as pode ministrar um partido, isto é, um grupo de homens ligado estreitamente entre si por uma disciplina severa” (290).

Teles conclui ser necessário “um objectivo, um plano, um chefe” e “pessoal inteligente e obediente”. Este já existia, era o Partido Republicano, mas Teles desculpava a sua falta de “plano inteligente” e de “oportunidade” em “corresponder a uma excitação do espírito público” por falta de experiência anterior e pela surpresa com que o ultimato também fulminara o campo republicano, pelo que este “muito dificilmente adoptaria uma atitude diversa da que nos julgamos com direito a lastimar” (309; 101). A ausência do pacote completo — “um objectivo, um plano, um chefe” — resultara na impossibilidade revolucionária em Lisboa em 12 de Janeiro, 11 de Fevereiro, e 17 de Setembro em Lisboa e 31 de Janeiro no Porto (290). Todavia, Teles introduz uma diferença entre esta última e a revolução de 1820 no Porto e a revolta que implantou a República no Brasil em 15.11.1889 e que os chefes de 1891 imprevidentemente copiaram:

“O movimento do Porto tem, apesar disso, uma fisionomia própria, que não permite confundi-lo com os casos históricos, consciente ou inconscientemente, imitados pelos chefes. Essa fisionomia consiste na preponderância do elemento popular nos episódios mais salientes do dia. Excepção feita de meia dúzia, cujo carácter burguês é manifesto, as figuras que nele desempenham papel activo pertencem, incontestavelmente, às camadas populares.”

E acrescenta: “quem se mostra no primeiro plano, quem se exhibe em relevo poderoso, são os paisanos desconhecidos que investem com a porta do quartel de Infantaria 18, e os sargentos e soldados anónimos que (...) replicam ao fogo da Guarda Municipal” (307-308). Isto tem para Teles uma dimensão histórica; a multidão popular, “obscura”, é instrumental, tem voz e assume a voz politicamente correcta da “maioria dos cidadãos”, dos silenciosos burgueses, assim se justificando a concepção inclusiva de “povo”, que tínhamos encontrado n’*O Agitador*, e se repete em Basílio Teles:

“Pela primeira vez no nosso país, a multidão obscura que vegeta nos quartéis ou se agita vagamente nos bairros da miséria veio gritar francamente, à luz do dia, que está farta de monarquia e de Braganças. O que não tiveram a coragem de balbuciar os homens de 1820, 1836 e de 1846 (...) disse-o o povo do Porto singelamente, em linguagem clara e rude, no dia 31 de Janeiro de 1891. Coube-lhe nesta data notável nos anais da nossa pátria a honra de ser o intérprete dos sentimentos de todo o povo português, proclamando perante a História, em voz audível, o que a maioria dos cidadãos só em confidência se atrevia a querer. A revelação do segredo íntimo dos corações patriotas e viris (...) – tal, em poucas palavras, a significação do movimento do Porto, desfecho lógico, portanto, do 11 de Janeiro” (*Ibidem*).

A multidão foi, assim, uma *representação* de um todo, o “povo”, e a sua forma de existir, a sua *apresentação* na rua, permite revelar o “segredo íntimo” da maioria que confia, a maioria silenciosa. Ao mesmo, vimos também como a multidão é essencial para o êxito da revolução, que não pode ser apenas militar. Mas, como resulta do texto e se lia também n’*O Agitador*, os burgueses não fornecem multidão. Têm que

ser operários e soldados a formar a “multidão obscura”. O 31 de Janeiro serve ainda para teorizar nesta matéria. Teles justifica a ausência da “cooperação dos operários” na revolta por incidentes fortuitos que um chefe socialista explica na Rua da Fábrica durante os próprios acontecimentos: fábricas fechadas, operários “recolhidos em suas casas”, etc.

Basílio Teles cita o socialista: “Os chefes do movimento – dizia – revelaram em tudo a mais extraordinária imprevidência. Presumindo demasiado do valor das forças militares, tinham-se alienado, se não as simpatias, o concurso activo das classes populares que não devia ter desprezado’ – concluiu, em tom de censura” (*Idem*: 301). Não é importante agora verificar se eram verdadeiras as justificações do socialista para a ausência do operariado, importa apenas seguir os factos e a teorização que Basílio Teles constrói. Estando perdida a revolta após o tiroteio na Rua de S. António se não houvesse reforços até à noite, Basílio afirma que “não havia outro” modo de manter a acção indecisa senão “apelando” “para as massas operárias da cidade” (*Idem*: 300). Desta forma, a concepção republicana inclusiva de “povo” tem uma necessidade prática, a de fornecer carne para canhão na nova via revolucionária para derrube do regime. Daí que o Partido Socialista, através do seu Conselho Federal do Norte, proclamasse a propósito do 31 de Janeiro que, sendo os burgueses republicanos iguais aos monárquicos, nunca se transformaria de “*Partido Operário Socialista em partido operário republicano*” e nunca contribuiria para que “se levantem trincheiras donde mais tarde a burguesia fuzilará os operários” (*apud*, Nogueira, 1964: 186).

Entrevista a teoria por trás do relato político, voltemos atrás, ao início da madrugada, no Campo de Santo Ovídio. Basílio Teles destaca dois momentos de participação da multidão: o arrombamento do quartel da Lapa e o cortejo na Rua do Almada – mas escolhe sem dúvida o primeiro. Esse arrombamento, como vimos em Chagas e Coelho, foi feito por apenas dois populares, a que se seguiu a entrada ordeira da multidão na parada do quartel. Teles não vê assim o episódio:

“como fazer sair o regimento, se o portão estava cerrado? Arrombando-o, era palpável. ‘Felizmente, muito próximo, havia uma estação de bombeiros’ – sugeriu alguém. Imediatamente um grupo de populares abala, os machados chegam por entre as aclamações frenéticas da turba, a porta fortíssima começa logo a ranger sob os golpes” (Teles, 1968: 263).

A importância que Teles dá a este momento é explicável politicamente: é a iniciativa popular da multidão que resolve o impasse a que a incompetência dos dirigentes estava conduzindo naquele instante; e, provavelmente, o arrombamento do portão recordava, em ponto muito pequeno, a tomada da Bastilha... O portão do quartel serve a Teles para novamente atribuir uma legitimidade política à acção revolucionária da multidão (e ao mesmo tempo desmentir Chagas e Coelho):

“O assalto à porta da Lapa é, essencialmente, uma destas façanhas populares que se nos deparam com frequência na história das insurreições, e que seria absurdo, além de injusto, imputar a dois ou três cabecilhas, como seus autores exclusivos. Aqueles a quem a lei vai pedir contas não são, em regra, senão simples executores da vontade colectiva, revestidos na ocasião duma espécie de mandato que, por subentendido e anónimo, não deixa de ser menos claro e imperativo” (286).

O argumento é, além da referida legitimação política, próximo do de Scipio Sighele (s.d.) no que se refere à avaliação judicial dos actos dos homens em multidão: são legalmente desculpáveis pois são nessa qualidade parte de uma entidade colectiva, a multidão. Na avaliação dos acontecimentos do dia 31, o arrombamento do portão é para Teles o mais puro, pois supostamente a multidão toma a iniciativa e obriga os dirigentes a agir correctamente, entrando no quartel. Acontece depois que as negociações foram desastrosas para os revolucionários, que ingenuamente acreditaram que o coronel comandante assumiria o comando das tropas revoltosas e sairia atrás das restantes tropas. Esse “erro de incalculável alcance” significa que, ao descerem a Rua do Almada os revoltosos estão já destinados à derrota, o que faz desse um momento impuro – a multidão que os acompanha foi tragicamente levada ao engano – e representando um tremendo erro táctico, descer uma rua estreita em direcção “aos Paços do Concelho na Praça de D. Pedro, isto é, a um lugar baixo, a um verdadeiro buraco, onde seriam exterminados num relance” (Teles, 1968: 269-270).

Mas Basílio Teles tem um *after thought*: é que a descida da Rua do Almada já foi por outros autores considerado um momento singular. Por isso, ele refere-a e sente necessidade de justificar uma vez mais a razão de lhe não dar importância.

“Não queremos desfazer na imponência do cortejo. No testemunho concorde dos que tomaram parte nela, a procissão cívico-militar esteve realmente magnífica. A música, à frente da coluna, tocando *A Portuguesa*; milhares de vozes repetindo a unísono os seus compassos melancólicos; o cintilar das armas; o reluzir dos metais dos capacetes; a marcha cadenciada dos soldados, destacando no estrépito confuso dos pés da multidão; a vista animada das sacadas e janelas, apinhadas de moradores, que afluíam, em trajas envergadas à pressa, num pitoresco desalinho matinal, a acenar freneticamente com os lenços e a lançar os seus vivas calorosos à República, à Pátria e ao Exército; este despertar heróico, no indeciso palor da alvorada, dos habitantes do velho burgo, era de molde a seduzir a pena de um artista” (270-1).

Teles sente – ou referir-se-á a autores como Chagas e Malheiro Dias – que a descida da Rua do Almada é digna de se transfigurar em literatura, “mas como o aparato marcial não passou de prólogo insidioso de um drama lúgubre, não sentimos disposição para explorar literariamente o que deve ser narrado com sobriedade e apreciado com serena justiça” (*Idem*: 271). Quer dizer, reduz o seu texto a um relato no âmbito do real sem o valorizar literariamente. Intui-se que, para ele, valorizar a multidão condenada seria ou um assomo romântico ou uma caracterização como tragédia. Ora nem romantismo nem tragédia lhe convinham para a sua análise política. Podemos assumir que, em caso de vitória republicana, Teles aceitaria a transfiguração literária. Mas, a caminho da derrota, a multidão e a tropa ao som *d’A Portuguesa* são para ele uma “festa” que lhe deu “a impressão de insensatez”. Mais: como a multidão não tinha neste momento uma direcção adequada, sugere-lhe a “infantilidade” do povo, pois quando “as balas da Ordem” já as espreitavam impacientes, “ainda estas crianças grandes riam da confiança e alegria dos primeiros raios do Sol que entravam a dourar os telhados escuros dos prédios e os alvos rolos da neblina, subindo lentamente do chão húmido” (271). E aqui Basílio Teles recorreu a um registo próximo do literário (quer dizer, tendo consciência do seu valor poético) para fazer afinal o contrário do

que disse momentos antes – para valorizar o único momento em que a multidão julgou viver numa república.

6. Os Teles de Albergaria: *transfiguração literária de uma tese política*

Carlos Malheiro Dias (1875-1941) publica em 1901 *Os Teles de Albergaria*, seu terceiro romance depois de *A Mulata* (1896) e *Filho das Ervas* (1900). Quando lançou este, o autor anunciou um próximo romance que deveria intitular-se *A Fábrica*. Permitir-lhe-ia continuar a dedicar-se à questão das classes sociais, ele que fora o que melhor a expusera no que toca às relações homem-mulher em *Filho das Ervas*, mas ficou por escrever (Serrão, 1978: 72-73). Por essa altura já Abel Botelho deveria estar terminando *Amanhã* (1901), o primeiro romance português sobre o operariado. Em vez de *A Fábrica*, Dias publicou *Os Teles de Albergaria*.⁵

O romance retrata a decadência do liberalismo político através de uma família e particularmente do protagonista, o filósofo João de Albergaria. João Gaspar Simões, que considerou este romance “a obra-prima” do autor, refere que o enquadramento histórico que Malheiro Dias dá ao romance pretende comentar a época em que publicava o romance, pelo que “se *Os Teles de Albergaria* não são, de facto, um romance histórico, são pelo menos o romance da agonia de uma ideia histórica: a agonia do constitucionalismo monárquico” (Simões, 1987: 664-5).

João Albergaria nasceu na casa dos pais, que ficava na Rua do Almada. Nasce em 1826 em plenas lutas liberais contra o absolutismo, filho dum combatente liberal que morre na guerra civil. Albergaria é um “fraco” (16) contemplativo; prepara ao longo da vida uma “Obra” que acaba por destruir. A mulher é uma beata e permanente opositora do marido. Um dos filhos é liberal, e depois de (mais) uma eleição falseada (tema recorrente do realismo português), segue para deputado embora sem qualidades políticas de monta porque a única solução do regime era “viver-se de empregos públicos” (41); o outro filho é educado pela mãe no fanatismo religioso, acabando a cometer um assassinio. Ao longo do romance entende-se que o reaccionarismo ligado ao catolicismo é pujante e está implantado no país: só através da “impudica farsa eleicoeira” em que “até defuntos tinham votado” se podia eleger um liberal, mas “o povo ter-lhe-ia preferido o padre, se o tivessem deixado livremente votar” (81). Pelo seu lado, o liberalismo estiola, como prova o próprio protagonista, incapaz da acção, incapaz de terminar a “Obra”, incapaz de se opor à mulher, mesmo quando manda o filho mais novo para o seminário, o que faz da criança “um monstro” (79). Politicamente, o romance traça uma tragédia: não havendo uma nova vida para a monarquia liberal, a solução é a do domínio dos ultramontanos nos campos (e quase todo o romance decorre no Minho) e da ascensão do republicanismo na cidade.

Não sendo um romance que a multidão protagonize, como outros romances naturalistas (*Germinal* e *Lourdes*, de Zola, *Amanhã*, de Botelho), é notável que as três cenas de multidão no romance, uma em cada um das três partes da obra, sejam fulcrais para a definição das forças em terreno no século XIX liberal: a primeira cena, quando João de Albergaria nasce, em 1826, no Porto; a segunda, no campo, quando um incêndio interrompe a criação de uma nova casa agrícola pelos representantes da

⁵ Excepto onde indicado, usamos a 2ª edição, revista, de *Os Teles de Albergaria* (1910, edição 1999).

juventude liberal; a terceira, quando, da sua casa no Porto, João de Albergaria ouve a multidão republicana do 31 de Janeiro na rua, morrendo nesse momento. Sem que o autor estabeleça uma relação, estas três multidões articulam-se entre si, dramática e politicamente. Concentraremos a análise na terceira cena, mas vale a pena referir as duas primeiras aparições da multidão no romance, bastante menos desenvolvidas, aliás.

Como dissemos, Albergaria nasce sob o signo da revolução e da multidão:

“No dia 31 de Junho desse ano de 26, às três horas da manhã, D. Teresa sentia as primeiras dores da maternidade, e ao tempo em que as salvas de artilharia enfumaçavam as alturas de Gaia e da Torre da Marca, saudando a aurora da Liberdade, uma parteira do Bonjardim aparava a criança, que logo na semana seguinte era baptizada em s. Martinho de Cedofeita com o nome de João, em homenagem a Saldanha. *Os seus primeiros vagidos foram cobertos pelas aclamações do povo*, que atrás das tropas, depois da parada do campo de Santo Ovídio, seguia pela Rua do Almada até à Sé, a ouvir o Te Deum” (37; sublinhado nosso).

Burgueses, aristocratas, populares e também eclesiásticos tinham convergido na aclamação do novo regime, mas logo “o povo, que não leu os filósofos, encolhe os ombros a essa obscura promessa de liberdade” e a “revolução social dos idealistas vai-se deformando na agitação sangrenta da guerra civil” (37). O liberalismo,

“tintado pela teoria individualista de Mouzinho, pelo idealismo democrata de Passos e pelo doutrinário tirânico de Costa Cabral, desabava na corrupção e no desprestígio. O direito de voto era uma burla a serviço de déspotas; a base moral de todo o edifício político – um sofisma. Já os puros recolhiam aos lares, confrangidos e desalentados. Três sistemas tinham falhado.”

Era o “desastre” (41). Albergaria é um desses puros. Na sua propriedade, vive para si, lendo e escrevendo sem publicar. Entre as leituras, constam autores de “assuntos de criminologia”, ramo científico que primeiro se interessou pelo estudo da multidão, sendo referido especificamente que em cima da mesa de Albergaria está aberto *L’Uomo Delinquente*, de Lombroso (76-7).

Passemos à multidão rural. Clara, filha de um amigo liberal morto e sem mais família, é recolhida por Albergaria. Será a futura nora de Albergaria; ela pretende estabelecer-se na propriedade próxima da Moita. Faz obras e começa a criação de gado. A casa está quase pronta, mas certa noite declara-se um incêndio. Clara, o noivo e o futuro sogro acorrem à propriedade. Pelo caminho cruzam-se com duas figuras que fogem do local, ficando a dúvida se um deles não seria o próprio filho mais novo de Albergaria. Isto é, o lado ultramontano da família impede os liberais de se estabelecerem no campo. O incêndio consome a casa inacabada e mata o gado. “Em volta da casa, pelos socos da vinha, a multidão apinhava-se, alumada pelo clarão da fogueira. Às vezes uma brasa caía entre o magote, dispersando o coalho zumbidor.” A “chusma expectante dos socos” saberá quem ateou o fogo? Tal não é referido, apenas insiste na inocência dos caseiros. A casa soçobra antes da chegada dos bombeiros:

“Com enorme fragor, o resto dos travejamentos aluira, sacudindo de encontro às paredes mestras, perfilando ainda como um monstruoso bocal de chaminé. Houve um instante de pânico na multidão: Clara e Albergaria sentiram-se empurrados. Faúlhas ardentes caíam. A carcaça denegrida da Moita, flamejando como uma cratera, alastrava pelo céu o negrume de uma fumarada espessa, e os eidos recomeçaram a arder num grande fogacho sanguíneo. ninguém mais se entendia. Pelos soalcos da vinha homens e mulheres trepavam desatinadamente. Ouviam-se choros de crianças e latidos furiosos de cães.

– É melhor irmos, tio. É melhor irmos – pedia Clara, dependurada do braço do filósofo”
(146).

A frase de Clara representa a derrota dos liberais no mundo rural. A multidão assistiu, como espectadora, a essa derrota, vista pela metáfora do fogo. O casal vai para Lisboa e já não regressa. E Albergaria segue para o Porto.

É na sua casa de sempre na cidade que Albergaria, alquebrado, assiste ao início da revolta do 31 de Janeiro. Nasceu ali, ao som da vitória liberal, ali morrerá ao som de *A Portuguesa*. Em nenhuma cena, incluindo a do incêndio, Albergaria sai da atitude do espectador, o que contribui para uma caracterização patética da personagem, que vê a história sem nela participar.

Albergaria morrerá sem saber o desfecho da revolta, o que é importante para a história interna do romance: ele morre de facto com a alvorada da república. A cena usa a focalização omnisciente, frequente na estética naturalista, o que permite ao narrador penetrar na psicologia da personagem e estender o tempo da cena, fazendo da passagem da multidão na Rua do Almada, no Porto, uma cena longa e fulcral (cf. Reis e Lopes: 2000: 173-177; Ribeiro, 2000: 268).

Malheiro Dias tira partido dos elementos cénicos da Rua do Almada, mas, mais do que isso, utiliza com uma eficácia que diríamos política dois elementos reais fundamentais, já referidos, daquele momento preciso: primeiro, no instante em que desceu a Rua do Almada a multidão de civis e de tropa sublevada não tinha uma direcção eficaz, havia nela, pelo menos na parte civil, um lado espontâneo que permitia uma exuberância festiva e um carácter genuíno e que a tornava perigosa em potência, precisamente por se desconhecer o que pode resultar de uma multidão não dirigida; segundo, naquele preciso instante histórico, a multidão está convencida da sua força (como costuma estar sempre uma multidão), julga-se invencível e, portanto, vitoriosa.

Antes de detalharmos a cena, detamo-nos em dois aspectos que contribuirão para melhor compreender o alcance que o autor lhe deu – e obteve: a ressonância neste do final de um outro romance histórico; e as alterações que Malheiro Dias introduziu na cena da primeira para a segunda edição.

A utilização desta cena real para final trágico do romance de Malheiro Dias de algum modo ecoa a cena final de um outro romance histórico, *Mário*, de Silva Gaio (1830-1870), publicado em 1868 (Gaio, s.d.). Trata-se da primeira ficção portuguesa retratando a implantação do liberalismo e principalmente a guerra civil de 1832-4. Tal como mais tarde *Os Teles de Albergaria*, *Mário* “não transige os limites do verídico”, sendo “abundantes os testemunhos que lhe asseguram a certeza das narrativas”, “autenticidade e “cunho fidedigno” (Ferreira, intr. a Gaio, s.d.). O Epílogo, intitulado “Solemnia Verba!” (palavras solenes), remata o romance após o capítulo final em que

Mário casa com Teresa; decorre a cena no jardim do presbitério de padre Maurício, homem justo e, em consequência, aliado dos liberais. Mário, Teresa, o vigário e, trabalhando afastado, o escravo que Mário trouxe do degredo africano, resumem o reencontrado equilíbrio da sociedade após a derrota dos miguelistas. “É isto!” diz o vigário. Tu, Mário, representas a ideia liberal (...) Aquele pobre negro é o símbolo do povo embrutecido pela escravidão e pela ignorância, e que todavia pode ser grande, se o alumiam a instrução e a moralidade, a crença e a caridade!” O padre, acrescenta Teresa, “personifica, na caridade evangélica, a religião de Cristo”. O derrotado adversário miguelista “personificou o poder absoluto” e uma outra personagem “a imagem do arrependimento”. Esta harmonia dos protagonistas não estaria perfeita sem o povo. Daí que as últimas palavras do romance são para a passagem de uma banda militar: “Neste momento vibraram as harmonias de uma banda marcial que, ao longe, tocava o hino da liberdade. Era de um regimento que, passando na estrada, festejava o presbitério.” O casal e o padre levantam-se. Diz o vigário: “todos três te saudamos!” e o romance termina com as palavras: “Salve ideia nova, que vais caminhando!” (Gaio, s.d.: 2º vol., 296-8).

Silva Gaio faz a elegia da monarquia constitucional, representada pelo civil que luta de armas na mão pela liberdade, pela mulher, pelo padre, pela banda militar que toca o Hino da Carta. Escrevendo 33 anos depois, e depois do ultimato, Malheiro Dias também finaliza o seu romance com a presença na cena da banda militar, mas agora o hino é outro e com ele o autor compõe a elegia fúnebre do constitucionalismo monárquico.

Para a análise dessa cena, é conveniente por fim chamar a atenção para as profundas alterações que Malheiro Dias introduziu em todo o capítulo. A segunda edição foi amplamente revista e alterada, em especial no estilo. Fátima Marinho, que primeiramente chamou a atenção para as diferenças das edições, considera a edição de 1910 com “maior cuidado estilístico” e mais “economia narrativa” do que a edição de 1901, sendo retiradas “longas (por vezes de algumas páginas) dissertações políticas, longos excursos teóricos sobre a condição humana ou sobre a pormenorização dos vários títulos que integrariam a grande Obra de Albergaria, principal focalizador do romance”. Entre as mudanças estilísticas, Marinho nota a mudança de tempos verbais, em geral para acentuar o tom de relato no passado, através das passagens frequentes do imperfeito ou do perfeito do indicativo ao mais-que-perfeito, ou do presente ao imperfeito. Todavia, no capítulo final, “deparamos com uma troca do imperfeito pelo presente, quando se faz a narração da revolta do 31 de Janeiro.” O presente cria uma “maior actualização propositada, no fulcral momento da insurreição republicana” (Prefácio, Dias, 1999: 10-12). E não só: o presente do verbo acentua a continuidade do 31 de Janeiro dez anos depois, isto é, coloca-o no presente dos leitores de então.

Esta mudança dos tempos verbais corresponde também à afirmação da multidão na vida social: ela é efêmera, momentânea, do presente; é um comportamento colectivo em acção, de acção e para a acção. A “presentificação” verbal da cena final do romance é apenas uma das centenas de alterações que Dias introduziu no capítulo. Além dos tempos e de cortes de parágrafos inteiros, ele apaga ainda inúmeras palavras e frases, nomeadamente de intuito descritivo, aligeirando a prosa e acelerando a acção.

O que sucede no capítulo? Albergaria regressa à “velha casa da rua do Almada”, herdada de sua mãe e agora desabitada, e onde os retratos dos liberais Saldanha e Mouzinho, o militar e o legislador, ou “o pensador e o aventureiro”, eram os únicos com “conservação de imortalidade, como os ídolos consagrados de uma religião ainda de pé”. O protagonista passa em revista a sua vida e o seu desalento poderia estender-se pelo de Malheiro Dias ao determinismo do naturalismo: “Toda a grande obra de moral e justiça sociais, sonhada pelo seu espírito, não impedira o seu sangue de gerar um filho criminoso; nem todas as teorias de uma família perfeita tinham conseguido que ele deixasse de ser um grande desgraçado e um triste solitário” (199, 201).

O liberalismo falhara: onde estava a “obra perdurável e justa” dos seus fundadores e a “obra de liberdade e de justiça” à custa do sangue dos bravos? Oráculo da tragédia, Albergaria pensa que “em breve seria talvez necessário recomeçar o massacre, ressuscitar a hecatombe” (201) – o que acontecerá algumas páginas adiante... Antes, há tempo para Albergaria ruminar sobre o fracasso do programa liberal face à “falsidade preconceituosa da sociedade moderna”, desinteressada da “vida colectiva das populações”, não acudindo os governos às misérias e desastres nem repartissem os bens (esta frase foi expurgada da 2ª ed.; Dias, 1901: 435). Chega uma carta, Albergaria é avô de uma menina, “e o velho sentia que a vida dessa neta o defendia da morte”. E assim “o visionário caiu num inquieto sono” (Dias, 1999: 204). Na primeira edição, ele tem “um pressentimento de catástrofe” (443).

Surge então a multidão: “Na torre da Lapa tinham soado, havia momentos, as duas horas. No silêncio da noite passou um longo rumor, ritmado e ecoante, vago a começo, e que foi lentamente crescendo e vibrando, até atingir a cadência distinta de uma multidão em marcha” (204). Na primeira edição, Dias não usou o vocábulo multidão, preferindo uma descrição mais longa: “... crescendo e vibrando, como uma escala cromática, até atingir a cadência distinta de uma pesada massa de homens em movimento, no passo ginsticado das marchas militares” (443).⁶

Albergaria tenta dormir sob aquele som de fundo, mas passam-lhe “sombras ... pelo turvo enredo do seu cérebro”, momentos marcantes da vida em que “havia reconstituições instantâneas do passado”, incluindo pânico nas ruas, incêndios, “batalhões que marchavam, clarins vibrando ... e ao longe, numa cidade de pesadelo, o dobrar de grandes sinos tangendo a rebate”. Passam cavalos na rua. Albergaria acorda. O “singular ruído” dos sinos no sonho pouco a pouco “atingia a nitidez de uma realidade. Era como o burburinho compacto de uma turba, a inquietação de uma cidade em alvoroço, acordada alta noite por uma invasão ou um massacre” (205).

O som da rua sugere episódios do passado do protagonista. “Mas há um instante” em que o presente se impõe:

“Já outros toques de clarim vibram, imperiosos, nessa linguagem estrídula dos combates (...). Um relógio da torre bateu devagar as quatro horas. (...) Prosseguiam os toques de

⁶ Abel Botelho faz uma breve referência ao 31 de Janeiro no romance tardo-naturalista *Próspero Fortuna* que se assemelha a todas as outras no recurso às dimensões sonora, marcial e multitudinária da revolta na noite de nevoeiro: “Do cavo mistério da noite, da capa cinzenta da neblina, os bravos escalões marciais surdiram, decididos e arrogantes, como vingadores fantasmas, a caminho dum outro mistério... A tropeada cadência, picada de metais, da sua marcha na sombra, engrandece-os, abala num estarecido pasmo a cidade meio adormecida. Depois, crescem, crescem mais e avançam, tomam posições...” (1925: 460-1).

clarim. Recrudescia o vozear da multidão. Agora, a cada momento, o tropel de cavalos fere as lajes da rua. (...) Os sinos da torre da Lapa ululam sempre, entoando o alarme de uma revolução ou de imensa catástrofe.”

Albergaria percebe “a terrível verdade”: prepara-se um motim ou uma revolta, mas ainda não sabe “de quem e contra quê”. Para Albergaria, o povo não tem “consciência dos seus ideais e dos seus direitos” (206-207), o que pressupõe que de novo alguém o leva como ao povo dos campos, antes apelidado de “rebanho submisso” (82).

Com o passar do tempo e o raiar do dia, a multidão que sente “engrossar a cada minuto” torna-se legível para este observador. Duas *obras* se confrontam: em casa, ele pega na sua “obra inútil”, incompleta que “consumiu a sua existência”; e “outra obra se estava iniciando ao álgido luar da madrugada, entre o ressoar das armas e os pregões ensurdecidas dos sinos” (208). Da varanda, ele vê agora “o inquieto formigueiro que se agita ao alto da rua”, ouve clarins e a “sonoridade ainda abafada de um hino”, e logo “o formigueiro humano (...) cresce e ascende por entre o nevoeiro”. E são ainda sons que Albergaria agora vindo em sua direção:

“O ruído de passos de uma multidão em movimento invade a rua do Almada. Um colossal clamor, vindo do Campo [de Santo Ovídio] sobe nos enevoados ares, como a aclamação de um povo de crentes a uma divindade prestigiosa:

– Viva a república!

E em turbilhões dispersos o brado ecoa:

– Viva a república! Viva a república!

Bandos de garotos, desvairados por aquele brinquedo monstruoso, correm à frente.

Uma banda de

música vem tocando desordenadamente *A Portuguesa*” (208).

Este nevoeiro não traz aqui promessas sebastianistas. A “neblina espessa” envolve a multidão “como um vislumbre de pesadelo”. Chegam os militares, que assim se juntam ao povo: “parece um préstimo de triunfo aquela procissão de homens em armas, escoltados pelo povo que canta” *A Portuguesa* (209). As “ondas de populacho” que crescem na edição de 1901 (453) são de novo transformadas em “multidão” que se precipita na 2ª edição (209), “excitando os soldados”.⁷

Façamos uma pausa. Até aqui, Dias descreve uma cena em que o protagonista se apercebe da chegada de uma multidão republicana ao mesmo tempo que conclui pela inutilidade da sua vida e pelo fracasso do regime monárquico liberal instaurado em 1820. Eis alguns pontos a reter: a multidão é sinónimo da cidade; Albergaria é um voyeur da multidão; a multidão é prenúncio de mudança, e mudança negativa, apesar de no passado ter sido anúncio da chegada do liberalismo; a multidão é uma manifestação do povo manietado; a multidão tem tendência a crescer; a multidão transforma em inútil a obra do pensamento; a multidão vem do desconhecido (um nevoeiro que aqui é mau) e origina algo de desconhecido que o protagonista não sabe identificar (“revolta de quem contra quê?”); a multidão tem algo de religioso, mesmo

⁷ Entre as duas traduções portuguesas de 1890 e 1903 do conto “O Homem das Multidões”, de Edgar A. Poe, encontramos a mesma nova insistência na palavra “multidão”; *crowd* era antes traduzida por “chusmas” (Torres, 2003, inédito).

esta multidão política; a multidão é infantil; o ruído repetitivo e a música favorecem a existência da multidão, e, como veremos, regressa o fogo como sua metáfora e surgem outras metáfora habituais, como a da onda ou do oceano.

A estas características implícitas somar-se-ão na continuação do relato outras, frequentes na ficção e na sociologia da época: a multidão como monstro de grande boca ou goela, como Moloch; a multidão como sinónimo da própria rua; a embriaguez (aparentemente metafórica) da multidão que se excita a si mesma e se transforma em festa; a existência de *meneurs* ocultos, malévolos; os comportamentos irresponsáveis das pessoas, loucura resultante do comportamento colectivo; o contágio dos comportamentos; a violência em potência da multidão; o comportamento das mulheres, mais sujeitas na multidão a comportamentos excessivos do que os homens; os espectadores da multidão, atribuindo-lhe o carácter de espectáculo como garantindo-lhe a eficácia; a multidão misturando todos os que a formam e rompendo os limites do espaço público e dos comportamentos.

Retomando o relato, ouvimos de novo “a vozearia” que sobe, “como se a mesma rua, como uma goela hiante, a estivesse despejando num sopro de tempestade”. “Os soldados berram, embriagados pelo tumulto, aquecidos pela aguardente criminosos dos amotinadores”⁸ e “cornetas doidas cantam a aleluia da revolta” enquanto nos prédios “vultos estremunhados e atónitos” se debruçam. “E a epidémica loucura propaga-se, vai rolando na manhã baça como um magnético fluido”. Numa trapeira, duas mulheres “batem palmas, como num espectáculo”, homens “passam na rua brandindo machados”, um “ergue um archote alcatroado que fumeja”. Prossegue o som da *Portuguesa*, soam cornetas e tambores, “num frenesi de festa”. “E tudo por momentos se mistura, envolve, ondeia a meio da bruma, oscila, pára e rompe, com a cintilante ondulação das baionetas, com um enxurro humano que rompeu as comportas da disciplina e da lei” (209-210).

Na varanda, Albergaria, o filósofo, “contempla” a “cena” da multidão. O ponto de vista do relato de novo passa para ele. A multidão vive na “ilusão” em consequência do seu desejo de esperança (e, noutra local, Dias refere a felicidade) e tem uma noção confusa de pátria, resultante das “disciplinas bárbaras da caserna”. Albergaria vê uma multidão dominada pela tropa e, portanto, as questões sociais e a ideia governadas pela caserna e “a luz ofuscada pelo fogo”. A multidão é incapaz de criar algo de positivo e o seu conjunto é pior do que o da soma dos indivíduos. Os soldados são o povo em armas: “todos eles, ontem moços de lavoura e operários, gente humilde da terra e da beira-mar” estreiam-se agora na missão de matar – e pela “misteriosa palavra de república” (210).

Repetem-se as imagens anteriores, renova-se o vocabulário habitual das multidões perigosas: “os tambores rufam, numa epilepsia (...) cornetas exasperadas gritam; farrapos do hino ascendem no rumor rítmico da marcha (...) a meio do seu delírio (...) falta de plano que os uniu, ausência de ideia (...) como um rebanho mugidor levado a matadouro.” Em resumo, a multidão é um monstro que destrói a

⁸ Este pormenor é “antecipado” por Malheiro Dias. Chagas e Coelho e Basílio Teles referem que só na Praça de D. Pedro IV – horas depois da passagem na Rua do Almada – se distribuiu aguardente e comida aos soldados, o que vêem como algo positivo, pois a manhã ia adiantada e a desorganização do movimento motivava o esquecimento de alimentar os soldados.

utopia possível: “Mais uma vez o sonho dos homens ia ser levado pela mão da velha hidra.” Na multidão seguem soldados imberbes, “contentes de se sentirem aclamados” e, mesmo os inquietos, são “levados no contágio impetuoso das fileiras, na estridência atordoadora da música e dos gritos” (210).

Depois do som, também a visão se torna clara: Albergaria identifica as fardas regimentais. “Agora, toda a rua está em festa, de janelas abertas. Um frenesi de aclamações contagia [na 1ª ed., 457: estremece] todos os espectadores”, num “vento impetuoso de loucura, que desorienta os espíritos, o filósofo sente-se oprimido de terror e angústia”. Tal como Basílio Teles, este Albergaria ficcional percebe que a multidão não está dirigida politicamente: “Os chefes, onde estavam os chefes?” Sem eles, como vai a multidão “melhorar com os seus clamores, entre o delírio bestial e torvo da canalha? Qual é o seu amanhã? Que vão eles construir – os soldados e o povo, a calceta e a caserna – sobre os escombros sanguinários da revolta?”

À lembrança do pai morto pelo sonho que a “soldadesca inconsciente ia agredir”, Albergaria “gesticula e berra aos soldados que passam”: “que importa a república, se o mal está convosco? Ides combater a lepra e sois uns leprosos! (...) Antes soubésseis ler! Para os quartéis!” Sem direcção, a multidão ignara não pode senão levar à catástrofe. Mas “os clamores abafam-lhe os gritos como um grande mar correndo sobre areias”. Ninguém o ouve, há gente curiosa que olha “aquela múmia abençoando os soldados” (211) — a múmia do liberalismo monárquico.

Num momento para nós importante do ponto de vista analítico, Albergaria (ou o narrador onisciente por ele penetrando no seu pensamento) interroga-se sobre a possibilidade de aquela “catástrofe” poder, com “a onda vermelha do seu sangue”, acabar por “erguer da inércia criminosa o povo inteiro, preparar com o seu prólogo de sangue a obra grande da regeneração nacional!” Mas o repetido grito de “viva a república!” varre-lhe todas as esperanças. Pega com esforço na sua estéril *Obra* e responde aos vivos “arremessando à rua, sobre os soldados, trinta anos de reflexão e trabalho”, de “ideias”. Todas suas outras obras são lançadas “sobre a rua”, isto é, sobre a multidão. “O manuscrito da *Reforma do Ensino* cai entre as fileiras de soldados, logo espezinhado, roto, enrodilhado nas botas. Um cavalo destroça à passagem, o grosso volume do *Código Civil*. “Ideias! Ideias!” são as últimas palavras do filósofo que morre na mesma casa em que nascera ao som da multidão liberal de 1826, ficando agora o corpo morto como prisioneiro da nova multidão, da rua – “enfiando pelas grades de ferro os braços magros, cujas mãos ficam pendulando sobre a rua.” A cavalaria passa e “ainda de longe, da testeira do préstito, que vira já para a Praça Nova”⁹, ouve-se ainda a multidão em “ressoante coro [que] sobe entre a névoa, entoando o hino, num clamor orfeónico de vitória: *Levantai hoje de novo / O esplendor de Portugal!...*” (212-213). Esta longa descrição permite-nos recuperar, não só a melhor cena do romance, como uma série de conceitos a respeito da multidão que fomos listando passo a passo. Malheiro Dias usou de forma brilhante as concepções da época a respeito da multidão e os lugares-comuns da sua apresentação e comportamento para criar um desfecho trágico em que o monárquico liberal, já isolado da multidão-povo rural, morre agora vítima da multidão de soldados e de povo que ouviu ao nascer,

⁹ O nome de Praça Nova servia melhor a intenção literária do texto do que Praça D. Pedro IV.

que ele queria salvar com as suas ideias e que afinal se entrega iludida à revolta e à utopia republicanas. O monárquico romancista situa-se afinal no mesmo patamar estratégico que os republicanos seus contemporâneos: o liberalismo monárquico já nada tem para dar, terá de haver uma mudança e o mais provável é que resulte da acção de povo e soldados (republicanos e exército), como efectivamente acabou por suceder em 1910. A multidão, paradoxalmente, é a solução, a chave, sendo necessária para desatar o nó do regime. Desta forma, a tese deste romance é, do ponto de vista do autor, trágica, pois não há outra que seja apresentada ao leitor; e coincide com os jovens republicanos que pugnavam pela acção revolucionária para derrubar a monarquia. Malheiro Dias não defende essa solução, mas não vê outra, neste seu inquérito naturalista em forma de romance. Assumindo o narrador o ponto de vista do protagonista através da focalização onisciente, a multidão é quase sempre assumida como criminosa e irresponsável, mas também deixa no ar a hipótese de ser fonte de criatividade. Desta forma, inesperadamente, Malheiro Dias consegue transmitir uma visão de uma multidão transformadora através de um vocabulário de valor negativo. Tal como os seus contemporâneos que haviam teorizado ou ficcionado a multidão, Malheiro Dias sabia que a multidão podia mudar a cidade e o mundo. É ela que, virando já para a Praça Nova, entoou os versos do hino que prometem levantar o esplendor de Portugal. Mas como saber se a utopia prometida pela República dará à multidão uma representação política mais alargada do que a proporcionada pela estreita democracia liberal monárquica? Na altura era impossível saber. Mas o travo a tragédia do romance de Malheiro Dias tinha, afinal, a qualidade oracular dos trágicos: a República não viria a dar ao povo o que o povo lhe dera na multidão alegre da Rua do Almada.

Eduardo Cintra Torres
Caxias, Janeiro de 2007

Bibliografia

ABREU, Jorge d' (1912), *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto 1891)*, Lisboa, Ed. Da Casa Alfredo David.

ALMEIDA, Fialho de (1986), *Os Gatos*, Póvoa de Varzim, Ulisseia.

CABRAL, Manuel Villaverde (s.d.), *Estética do Nacionalismo: Modernismo Literário e Autoritarismo Político em Portugal no Início do Século XX*, por publicar.

CABRAL, Manuel Villaverde; MARTINS, Ana Maria Almeida (1991), "Uma Inesperada Amizade Política: Basílio Teles e Luís de Magalhães segundo a sua Correspondência Inédita, 1891-1923", Separata da *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, Vol.6 (1).

CANETTI, Elias (1995/1960), *Massa e Poder*, São Paulo, Companhia das Letras.

CATROGA, Fernando (2000), *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Ed. Notícias, 2ª ed.

CHAGAS, João (1900), *Trabalhos Forçados, volume I*, Lisboa, Administração da Folha do Povo.

— (1901), e Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimentos de dois cúmplices)*, Lisboa, Empresa Democrática de Portugal Editora.

COELHO, Manuel Maria (1930), “A Revolta de 31 de Janeiro de 1891”, in Luís de Montalvor, publ., *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Empresa Ed. Ática, p. 339-375.

DELOUVÉE, Sylvain (2007), *La Psychologie des Foules. Recueil de textes - XIXe et XXe siècles*, Paris, L'Harmattan.

DIAS, Carlos Malheiro (1901), *Os Telles d'Albergaria*, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão.

— (1999/1910), *Os Teles de Albergaria*, edição de Maria de Fátima Marinho, Porto, Campo das Letras, 2ª ed.

GAIO, Silva (s.d./1868), *Mário. Episódios das lutas civis portuguesas de 1820-1834*, Intr. De Joaquim Ferreira, Porto, Ed. Domingos Barreira, 2 vols.

LE BON, Gustave (1998), *Psychologie des Foules [1895]*, Paris, PUF.

McCLELLAND, J.S. (1989), *The Crowd and the Mob. From Plato to Canetti*, London, Unwin Hyman.

NOGUEIRA, César (1964), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália.

PINTO, Fortunato Correia (1906), *O Agitador*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor.

RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, VI Vol. de José Mattoso, dir., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

REIS, Carlos (dir.) (2001), *História da Literatura Portuguesa. O Realismo e o Naturalismo*, Vol. 5, Lisboa, Publ. Alfa.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2000), *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina.

RIBEIRO, Maria Aparecida (2000), *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Verbo, 2ª ed.

ROBERTS, David (1996), “Crowds and Power or the Natural History of Modernity: Horkheimer, Adorno, Canetti, Arendt”, *Thesis Eleven*, MIT, 45, 39-68.

s.a., (1960), *História da República. Edição comemorativa do cinquentenário da república [1960]*, Lisboa, Editorial Século.

SANTOS, Francisco Reis (1930), “O Movimento Republicano e a Consciência Nacional”, in Luís de Montalvor (publ.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Empresa Ed. Ática, p. 261-337.

SERRÃO, Joel (1978), *Temas Oitocentistas*, II, Lisboa, Livros Horizonte.

SIGHELE, Scipio (s.d.), *A Multidão Criminosa. Ensaio de Psicologia Colectiva*. Trad. Adolfo Lima, Lisboa, Antiga Casa Bertrand [1ª ed. ital. 1891; 1ª ed. franc. 1892].

SIMÕES, João Gaspar (1987), *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa das Origens ao Século XX*, Lisboa Dom Quixote, 2ª ed.

TELES, Basílio (1968/1905), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, Lisboa, 2ª ed.

TORRES, Eduardo Cintra (2003), *Cidade, Multidão e Anomia numa Novela de 1903*, inédito.

VALENTE, Vasco Pulido (1976), *O Poder e o Povo*, Lisboa, Dom Quixote.